

LEGISLATIVO

GAZETA MERCANTIL

Senadores governistas reafirmam sua lealdade ao presidente e garantem apoio

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Depois de acumular alguns problemas políticos, na semana passada, o presidente Fernando Collor de Mello pôde comemorar ontem um fato capaz de garantir maior estabilidade a seu governo, dentro do Congresso. Durante um almoço na residência do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), Collor assistiu ao anúncio da formação de um bloco parlamentar para apoiar o seu governo no Senado, envolvendo o PFL, PTB, PRN, PDC e PDS. O presidente também coloca em prática hoje uma ação para apaziguar suas relações com os líderes governistas na Câmara: ele recebe em audiências separadas os líderes do PFL, PDS e PRN, restabelecendo, assim, os contatos tão reclamados pelos parlamentares.

"Collor tendo a maioria no Senado, já é uma forma de controlar as coisas", afirmou o senador eleito por Alagoas, Guilherme Palmeira (PFL), que articulou o encontro do presidente com os líderes no Senado. PFL, PTB, PRN, PDC e PDS juntos, somam hoje cerca de 30 senadores. O governo, porém, tem votos em outros partidos, entre eles o PMDB. Segundo o senador Ney Maranhão (PRN-PE), isso faz com que o Planalto contabilize



Marco Maciel

42 senadores a seu lado, mais que a maioria absoluta da Casa. Assim como Palmeira, Maranhão, que é líder em exercício do governo, garante que o Senado sustentará, até o final da legislatura, as posições do Palácio do Planalto.

A formação do bloco de sustentação do governo não pode ser vista, no entanto, apenas pela ótica dessa legislatura. A partir de fevereiro próximo, o PFL, PTB, PRN, PDC e PDS somarão 35 parlamentares no Senado, nove a mais do que o PMDB, maior partido naquela Casa. Como, pelo regimento interno, o bloco formalmente organizado equivale a um partido, as siglas aliadas ao governo poderão eleger o presidente do Senado. E com o apoio dos pequenos partidos,

mais dissidentes pemedebistas poderão garantir novamente a maioria na próxima legislatura.

"Não vamos andar com o carro na frente dos bois", disse o senador Ney Maranhão, quando perguntado se o bloco disputaria a presidência do Senado. É que, antes de formalizar a união perante a mesa daquela Casa — o que acontecerá ainda neste ano — os líderes dos cinco partidos vão reunir suas bancadas, para que elas se pronunciem sobre o assunto. No entanto, não deverá haver surpresas, pelo compromisso dos líderes. O senador Marco Maciel (PFL-PE), que vem sendo lembrado para disputar a presidência do Senado e também participou do almoço, disse que

"se o bloco for majoritário, ele poderá ou deveria fazer a mesa do Senado". Já Guilherme Palmeira afirmou que se o bloco obtiver mesmo a maioria, não vai "abrir mão" da prerrogativa. Também participaram do almoço os presidentes do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), e do PTB, senador Affonso Camargo (PR). O ministro Jarbas Passarinho, que é filiado ao PDS e faz a articulação política do governo, não faltou ao encontro. O presidente Fernando Collor ouviu colocações sobre a necessidade de aproximar mais os parlamentares dos

ministros e pretende implementar isso. Ele disse que não vai alterar as linhas mestras de sua política econômica, acreditando que ela terá sucesso.

O trabalho de reaproximação com a Câmara teve uma preliminar ontem pela manhã, quando líderes e representantes do PFL, PDS, PTB, PRN e PSD foram ao Ministério da Justiça para discutir como seria o encontro de hoje com Collor. Ficou acertado que Collor receberá hoje, pela manhã, em audiências separadas, os líderes Ricardo Fiúza, do PFL; Amaral Netto, do PDS; Arnaldo Faria de Sá, do PRN; além do vice-líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG).

"Na reunião de amanhã, o presidente tem que garantir que o espírito político de seu governo mudou", disse o deputado Amaral Netto, que, no entanto, não esconde sua satisfação com a reaproximação de Collor. Ele espera que, depois do encontro — que culminará com um almoço no Palácio do Planalto —, o presidente oriente seus ministros a dar melhor tratamento aos parlamentares. Amaral Netto disse que o preenchimento de cargos não é problema principal no relacionamento com o governo, mas disse que os políticos têm o direito de indicar nomes.